

Caso PC desvenda rede de negócios ilegais

■ No cerco ao alagoano, polícia descobre financeiras clandestinas com operações que chegam a 20% do comércio exterior

VASCONCELO QUADROS

SÃO PAULO — As investigações sobre o esquema de corrupção armado pelo tesoureiro de campanha do ex-presidente Fernando Collor, Paulo César Farias, levaram a Polícia Federal a penetrar, pela primeira vez, na maior rede clandestina de operações montada no sistema financeiro para descobrir que o Brasil se transformou num dos grandes paraísos fiscais da América Latina.

Os tentáculos do esquema PC foram rastreados em cerca de 200 empresas de grande porte. Para se ter uma idéia da montanha de dinheiro que circula pelas veias desse sistema suspeito, apenas três financeiras estrangeiras de câmbio sob investigação — América, Guarani e Amambai — movimentaram no Brasil, em 91 e 92, mais de US\$ 7 bilhões.

Sigilo — A Câmbio América S/A, com sede no Panamá, movimentou, através da conta 0673-35-000069/3, do Banespa de Foz de Iguaçu, mais de US\$ 2 bilhões entre fevereiro de 1992 e dezembro do ano passado. A única explicação sobre origem e destino do dinheiro que a polícia tem até agora são os extratos bancários conseguidos com a quebra do sigilo. A Guarani Câmbio S/A, do Paraguai, usava a conta 0237-02-018-05, no Bamerindus de Ponta Porã (MS), e chegou a movimentar US\$ 4 bilhões. Já a Amambai Câmbio S/A que, suspeita-se, estaria ligada à Guarani, também no Bamerindus de Ponta Porã, conta 0237-17-731-10, registra mais US\$ 1 bilhão.

As três empresas foram constituídas fora do país para comprar e vender moedas estrangeiras, ouro, prata, e fazer qualquer tipo de operação de câmbio. No Banco Central, porém, não há nenhum pedido de operação e o único registro delas é o cadastro bancário. "Há indícios fortes de que elas abasteciam contas de fantasmas e dos laranjas (pessoas que emprestam seus nomes a transações ilícitas) descobertos a partir das investigações sobre o caso PC", diz uma fonte da Polícia Federal. O primeiro inquérito sobre o alagoano foi aberto há dois anos — hoje, existem 40. Agora a polícia quer identificar que outras operações essas empresas realizaram no Brasil.

Rastreamento — As três financeiras surgiram no rastreamento bancário em torno da Cross Financial Corporation e da Accent Financial Corporation, sediadas no paraíso fiscal das Ilhas Virgens. Estima-se que a Cross e a Accent tenham movimentado US\$ 150 milhões. Entre as empresas do esquema, está também a Kenaco Finance, do Panamá, que, segundo levantamento do Banco Central, operou através de uma conta no Lloyds Bank, de São Paulo, e mandou para fora do país US\$ 1,1 bilhão em 14 meses.

O procurador da conta é o

uruguaio Salomão Sapov Kaplan, que tem prisão preventiva decretada no Brasil por envolvimento com o caso PC e está desaparecido. Os agentes federais suspeitam que ele seja um *laranja profissional*, que operava em diversos países. Outros dois procuradores de contas CC-5 (Carta Circular nº 5, criada pelo Banco Central para permitir a estrangeiros remessa e recebimento de dólares) da Cross e da Accent, Ezequiel Amaranto Camerini e Roberto Carlos Dias Sosa, também são procurados no Brasil. Há poucos dias, eles pediram a revogação de suas prisões para voltar ao país, mas o juiz Pedro Paulo Castello Branco, da 10ª Vara Federal de Brasília, indeferiu o pedido.

Segundo a Polícia Federal, os indícios apontam que o fluxo de dinheiro suspeito entre o Brasil e o exterior pode chegar a 20% do volume das operações de comércio exterior. Desse total, as operações do esquema PC foram minoria. Há no país, usando o instrumento legal da CC-5, cerca de 700 empresas registradas na Comissão de Valores Mobiliários. Até agora, a grande maioria não deu problemas ao governo. Embora a polícia esteja longe de puxar toda a rede, há evidências fortes ligando as origens e o destino desses dólares a um verdadeiro passeio pelo Código Penal.

Árvore genealógica — A montanha de 270 mil páginas do chamado inquérito-mãe sobre o caso PC já inspirou a abertura de outros 81 inquéritos pela Polícia Federal — 40 são relacionados ao esquema PC e o restante a atividades suspeitas de outras empresas. Por conta dessas novas investigações, já foram indiciadas 255 pessoas, que vão do ex-presidente Fernando Collor aos laranjas. A Justiça Federal quebrou o sigilo bancário de mais de 300 contas correntes, 70 delas fictícias e em nome de 50 fantasmas. "Não se sabe aonde as investigações vão chegar, mas com certeza estamos puxando uma rede que durante anos agiu sem o menor controle", observa outro policial.

A descoberta do sistema permitiu também uma das maiores ofensivas da Polícia Federal em direção às contas CC-5, que alimentam o mercado paralelo do dólar e praticamente todo o sistema clandestino ligado diretamente aos paraísos fiscais. Nesses locais, começa uma delicada engenharia para dificultar qualquer rastreamento. Uma das operações detectadas pela polícia mostra que uma remessa de US\$ 1,2 milhão de uma empresa chamada RAS Holding saiu de Luxemburgo no dia 26 de maio de 1993, passou pelo Banco Indosuez, na Suíça, pela conta da Cross nas Ilhas Virgens, e dois dias depois estava pulverizada nas contas de duas firmas brasileiras, cujos nomes são mantidos em sigilo.

Arnildo Schultz — 9/12/93